



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO QUADRIMESTRAL

ETNODESENVOLVIMENTO

1º QUADRIMESTRE/2022

1. INTRODUÇÃO	
Apresentar brevemente os principais resultados e desafios do quadrimestre. <i>(Sugere-se de três a quatro parágrafos).</i>	
Esta Coordenação-Geral por meio de seus recursos vem promovendo esforços a fim de contribuir para a segurança alimentar e a geração de renda das comunidades indígenas em concomitância com princípios constitucionais e o respeito às organizações sociais produtivas indígenas. Nesse sentido, caminham junto com esse objetivo tanto a Meta Estratégica da carteira de projetos desta Coordenação-Geral, como a do presente PPA. Cabe ressaltar que a meta do atual PPA, de “Promover a segurança alimentar e nutricional e a geração de renda por meio do incremento anual em 5% do recurso (R\$) contratado e comprado de produtos agropecuários e extrativistas da agricultura familiar indígena em relação ao total de recurso (R\$) disponibilizado para estudantes indígenas no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE” foi assim concebida pois, além de coadunar-se com a missão estratégica da CGETNO, otimiza recursos públicos por se tratar de política e programa estatal contínuos com participação de órgãos dos três níveis. Dessa forma, para contribuir no seu alcance, a CGETNO elaborou, também, no âmbito da avaliação de desempenho, metas (intermediárias e individuais), imbricadas com as do PPA. Logo, para cumprimento delas os servidores da CGETNO vêm se esmerando a fim de divulgar o PNAE às Coordenações Regionais e articular com outros órgãos e esferas de governo a ampliação do acesso dos indígenas a esta política. Acredita-se que com essas iniciativas e o desencadeamento de uma série de ações de articulação interinstitucional a CGETNO não só venha a cumprir a meta que lhe foi designada, mas contribua para o aperfeiçoamento do PNAE no concernente à política indigenista. Ressalta-se, ademais, que nos últimos anos esta Coordenação-Geral vem se esforçando no sentido de alinhar - junto com servidores das regionais, servidores da sede, indígenas e demais atores da política indigenista - conceitos inerentes ao etnodesenvolvimento e, conseqüentemente, a essa política. Fruto disso foram os seminários regionais e o nacional ocorridos no ano passado. Outro aspecto importante a se destacar é, a despeito de toda sorte de dificuldades, o avanço desta Coordenação em apresentar informações padronizadas acerca dos resultados relacionados à política de etnodesenvolvimento. Isso se deve a um esforço coletivo de criação de tipologias culminando na instituição do Formulário eletrônico no exercício passado. Algumas melhorias foram realizadas e a Coordenação vem estudando meios de aperfeiçoar esses mecanismos de monitoria, principalmente, o de criar soluções para entrada de dados às CRs, permitindo, desse modo, sua apresentação em tempo real, de forma padronizada e estruturada do ponto de vista da gestão de banco de dados. Nesse sentindo, também será necessário, com a ajuda da CGGE, construir a matriz de monitoramento da política a fim de aperfeiçoá-la. No concernente aos formulários, no link a seguir CLIQUE AQUI , é possível consultar painéis elaborados pela CGETNO contendo informações sobre a política de etnodesenvolvimento referente ao exercício corrente. Destaca-se que neles não constam apenas dados relacionados à solicitação de recursos, mas também dados oriundos do SIAFI inerente à execução financeira. Ademais há uma série de filtros que permitem visualizar não somente resultados relacionados à solicitação de recursos como àqueles da execução financeira e física. Neste segundo semestre há de se destacar, também, a disponibilização de créditos orçamentários a unidades regionais diversas com a finalidade de se aduquirir maquinário e implementos agrícolas em benefício de várias comunidades indígenas. Acredita-se que a oferta desses instrumentos venha corroborar com a geração de renda e o incremento da produção de alimentos nas Terras indígenas.	

2. METAS E INDICADORES ESTRATÉGICOS	
2.1 Metas e Indicadores Estratégicos	
Apresentar os resultados do indicador e da meta formalizados no Planejamento Estratégico da Funai .	
NOME DO INDICADOR:	Ampliar o atendimento de Terras Indígenas com ações ou projetos voltados ao etnodesenvolvimento

FÓRMULA DE CÁLCULO:		Percentual de Terras Indígenas atendidas			
POLARIDADE:		PERIODICIDADE DA COLETA:			
2019		2020		2021	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
Ampliar o atendimento de Terras Indígenas com ações ou projetos voltados ao etnodesenvolvimento, sendo: Até 2020: 10%	302 Terras indígenas 43% das Terras Indígenas 100% da meta	Ampliar o atendimento de Terras Indígenas com ações ou projetos voltados ao etnodesenvolvimento, sendo: Até 2020: 10%	302 Terras indígenas 43% das Terras Indígenas 100% da meta	Ampliar o atendimento de Terras Indígenas com ações ou projetos voltados ao etnodesenvolvimento, sendo: Até 2021: 15%	302 Terras indígenas 43% das Terras Indígenas 100% da meta
100%		100%		100%	
2022					
Meta	Resultados				
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Acumulado	
Ampliar o atendimento de Terras Indígenas com ações ou projetos voltados ao etnodesenvolvimento, sendo: 27% do total de Terras Indígenas	306 terras indígenas 44% das Terras Indígenas 100% da meta	313 terras indígenas 44% das Terras Indígenas 100% da meta			
100%					
Data da Última Coleta:	16/09/2022		Fonte da Coleta:		Lime Survey e SIAFI
Caso a política possua mais de um indicador estratégico, basta replicar a tabela acima em quantos indicadores existirem.					

2.2 Sistema de Monitoramento Interno da Política					
Caso a política possua indicadores internos, a unidade deverá informá-los, utilizando a tabela abaixo.					
Os indicadores internos podem medir os resultados intermediários dos indicadores estratégicos ou utilizados para o monitoramento interno de linhas de ação não priorizadas no planejamento estratégico.					
Não há número mínimo de indicadores a serem apresentados, a unidade deverá escolher aqueles que trazem uma visão ampla da política, de preferência com resultados que apresentem o impacto no problema ou as principais causas registradas no detalhamento da política.					
NOME DO INDICADOR INTERNO:		Número de famílias atendidas com PATS			
FÓRMULA DE CÁLCULO:		= ∑ famílias atendidas por PAT			
POLARIDADE:		PERIODICIDADE DA COLETA:		Mensao	
2019		2020		2021	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
40000	28.000	40000	32000	40000	89000
100%		100%		100%	
2022					
Meta	Resultados				
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre		3º Quadrimestre	Acumulado
40000	11000	11991			
100%					
Data da Última Coleta:	16/09/2022			Fonte da Coleta:	Lime Survey e SIAFI
Caso a política possua mais de um indicador estratégico, basta replicar a tabela acima em quantos indicadores existirem.					

3. REGIONALIZAÇÃO	
É a quantificação regionalizada dos principais produtos, resultados ou impactos da política, estabelecidos no Modelo Lógico, se possível por Coordenação Regional, descrevendo situações que impactaram positiva ou negativamente o resultado. Caso a política ainda não apresente os resultados regionalizados, devem-se apresentar justificativas para a não regionalização, bem como as alternativas propostas pela unidade para avançar nesse sentido.	

Em relação aos Planos de Trabalhos - PAT apresentaremos a seguir, de forma regionalizada, os resultados da ação de etnodesenvolvimento durante o exercício de 2022, até a presente data.

Durante este quadrimestre foram apresentados pelas Unidades Regionais 29 PAT's no valor de R\$ 2.859.953,53 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil novecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e três centavos). Descentralizou-se de forma acumulativa (do início do ano até a primeira quinzena de setembro) R\$ 11.430.621,17 (onze milhões, quatrocentos e trinta mil seiscentos e vinte e um reais e dezessete centavos). No tocante ao solicitado no segundo semestre, tem-se o quadro de 11991 famílias diretamente atendidas, 52 CTLs atendidas. Já em relação àqueles PATs atendidos (com pelo menos nota de crédito emitida), durante o segundo semestre foram atendidas 5046 mil famílias de 71 etnias diferentes, com 27 CTLs envolvidas .

Em relação ao tipo de atividade empreendida, a agricultura tem destaque em todo o Brasil, como se percebe no "Mapa 1" e "Gráfico 1".

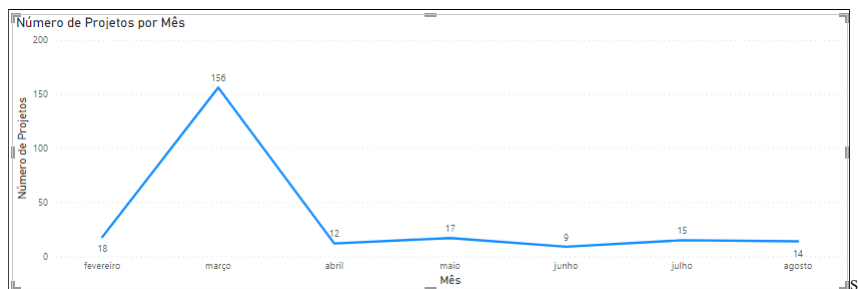
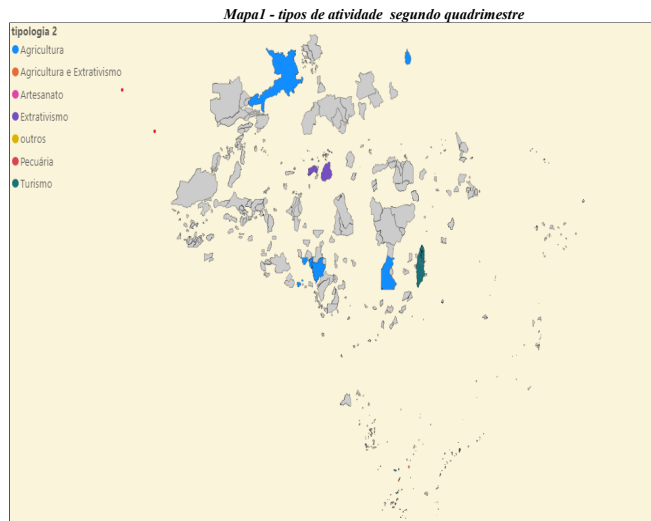
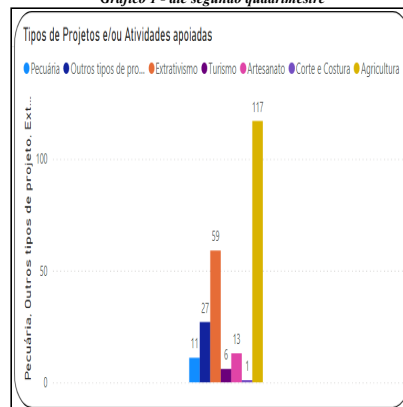


Gráfico 1 - até segundo quadrimestre

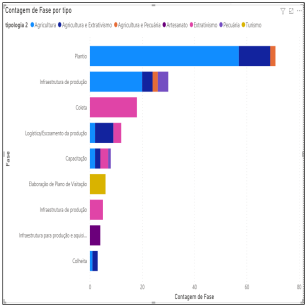


No que tange à agricultura, foram apresentados 20 projetos, 8 tiveram como meta física o plantio de hectares, totalizando 754 conforme tabela abaixo, sendo a CR Interior Sula a que apresentou um quantitativo maior, de 400 hectares, como se demonstra abaixo.

Coordenação Regional ou Frente de Proteção Etnoambiental	Fase	Unidade de Medida_Meta	Total hectares
CR INTERIOR SUL	Plantio	Hectares(ha)	400
CR LITORAL SUDESTE	Plantio	Hectares(ha)	196
CR CACOAL	Plantio	Hectares(ha)	90
CR XINGU	Plantio	Hectares(ha)	58
CR NORDESTE I	Plantio	Hectares(ha)	10
Total			754

Outro dado importante é inerente à "fase" dos projetos, o "Gráfico 2 ilustra isso, demonstrando que o "Plantio" é a fase mais mencionada nos projetos apoiados pela CGETNO

Gráfico 2



Já em relação ao produto das atividades a serem implantadas, como se verifica no "Mapa 2" e no Gráfico 3, há uma predominância do tipo "tubérculo"(mandioca) em todo o Brasil, e também do produto açaí na região do Madeira, Acre e Rondônia

Mapa 2

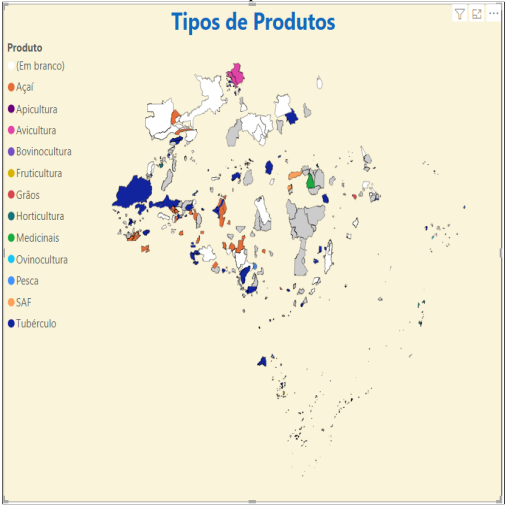
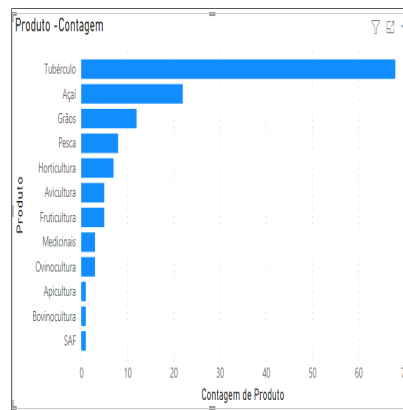
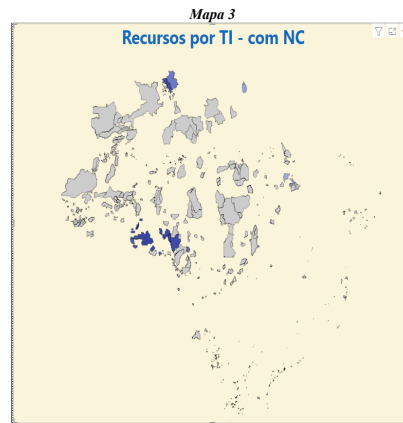


Gráfico 3

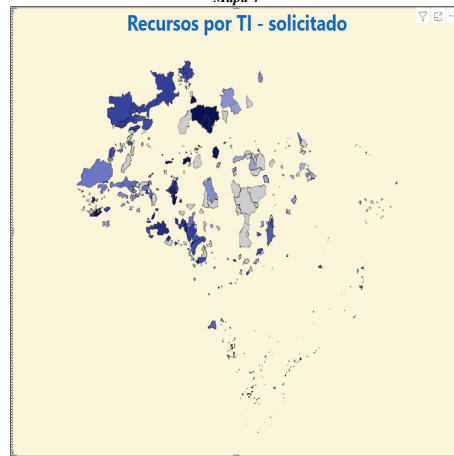


Já os Mapas 5 e 6, a região abrangendo estado do Mato Grosso e o sul da Rondônia se revela predominantemente agrícola, todavia na região noroeste do Estado do MT e sul de RO foram solicitados apoio também atividade extrativista.

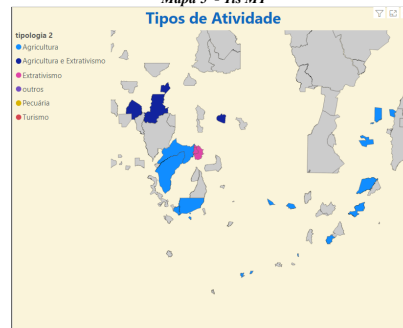


Em relação à solicitação de recursos verifica-se - "Mapa 4" que a região do Madeira e do norte do Amazonas (TI Trombetas Mapuera) foram as que mais pediram recursos. Contudo - as regiões atendidas com NC, até o momento _Mapa 3 foram as principalmente localizadas na região de Roraima e Rondônia. Ao seu turno, a "Tabela 2" apresenta os valores solicitados e descentralizados às unidades descentralizadas, por tipo de atividade.

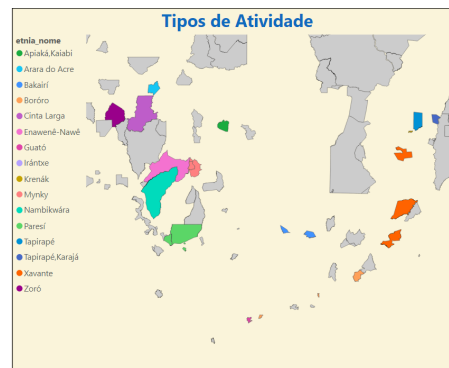
Mapa 4



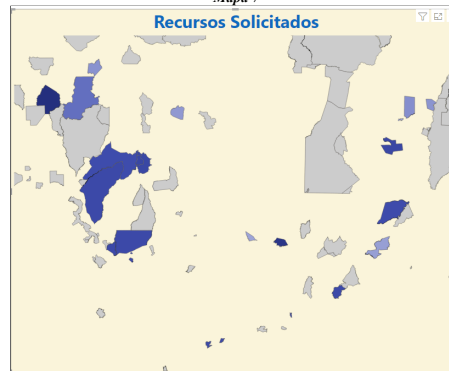
Mapa 5 - Tis MT



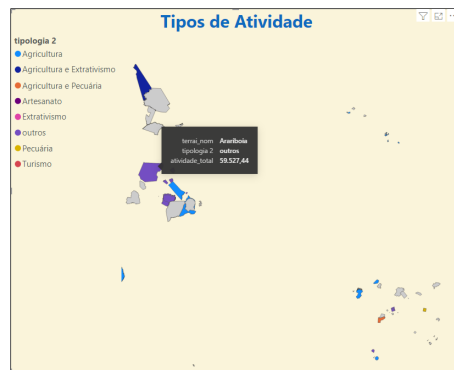
Mapa 6 - Tis MT



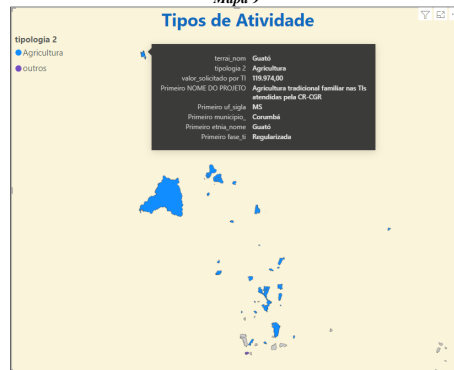
Mapa 7



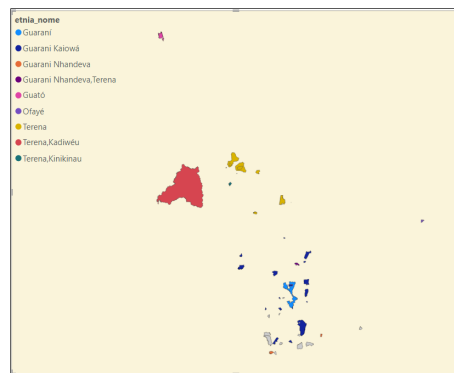
Mapa 8



Mapa 9



Mapa 10



Mapa 11



Mapa 12



Tabela 2

CR	valor solicitado	DESPESAS LIQUIDADAS	Tipo de atividade	Fase	Unidade de Medida	Meta	total meta
ALTO PURUS	RS 20.000,00	9.810,55	Agricultura Convencional	Infraestrutura de produção	Unidade	1	
ALTO PURUS	RS 25.685,00		Agricultura tradicional Indígena	Infraestrutura de produção	Unidade	14	
ALTO PURUS	RS 51.432,00		Agricultura tradicional Indígena	Logística/Escoamento da produção	Toneladas	35	
ALTO PURUS	RS 216.410,59		Agricultura tradicional Indígena	Plantio	Hectares(ha)	64	
ALTO PURUS	RS 42.798,00		Extrativismo Vegetal	Logística/Escoamento da produção	Toneladas	30	
ALTO SOLIMÕES	RS 103.662,00	11.219,64	Agricultura Orgânica	Plantio	Hectares(ha)	0	
ALTO SOLIMÕES	RS 52.369,00		Agricultura tradicional Indígena	Capacitação	Pessoas	850	
ALTO SOLIMÕES	RS 21.656,00		Extrativismo Animal	Capacitação	Pessoas	180	
ALTO SOLIMÕES	RS 110.609,00						
AMAPÁ E NORTE DO PARÁ	RS 61.602,70						
AMAPÁ E NORTE DO PARÁ	RS 22.109,40	26.876,20	Adornos	Infraestrutura para produção e aquisição de insumos	Unidade	0	
AMAPÁ E NORTE DO PARÁ	RS 44.676,44		Agricultura tradicional Indígena	Capacitação	Pessoas	310	
AMAPÁ E NORTE DO PARÁ	RS 8.253,25		Agricultura tradicional Indígena	Colheita	Hectares(ha)		
AMAPÁ E NORTE DO PARÁ	RS 17.890,80		Agricultura tradicional Indígena	Plantio	Hectares(ha)	0	
ARAGUAIA E TOCANTINS	RS 23.694,00						
ARAGUAIA E TOCANTINS	RS 14.028,60	12.771,62	Agricultura Convencional				
ARAGUAIA E TOCANTINS	RS 13.710,00		Agricultura Convencional	Capacitação	Pessoas	3	
ARAGUAIA E TOCANTINS	RS 42.998,00		Agricultura Convencional	Plantio	Hectares(ha)	20	
ARAGUAIA E TOCANTINS	RS 6.087,00		Agricultura tradicional Indígena	Infraestrutura de produção	Unidade	50	
ARAGUAIA E TOCANTINS	RS 248.136,38		Agricultura tradicional Indígena	Plantio	Hectares(ha)	607	
ARAGUAIA E TOCANTINS	RS 6.012,00		Cestaria				
ARAGUAIA E TOCANTINS	RS 19.102,00		Etnoturismo	Apoio à logística para visitação	Unidade	80	
ARAGUAIA E TOCANTINS	RS 9.230,00		Extrativismo Animal	Capacitação	Pessoas	5	
BAIXO SÃO FRANCISCO	RS 34.508,50						
BAIXO SÃO FRANCISCO	RS 24.695,00			Infraestrutura de produção	Unidade	1	
BAIXO SÃO FRANCISCO	RS 53.281,72	90.250,32	Agricultura Convencional	Infraestrutura de produção	Unidade	3	
BAIXO SÃO FRANCISCO	RS 41.918,70		Agricultura Convencional	Plantio	Hectares(ha)	97	
BAIXO SÃO FRANCISCO	RS 18.937,97		Agricultura Orgânica	Infraestrutura de produção	Unidade	1	
BAIXO SÃO FRANCISCO	RS 35.545,45		Agricultura tradicional Indígena	Infraestrutura de produção	Unidade	1	
BAIXO SÃO FRANCISCO	RS 26.549,20						
BAIXO TOCANTINS	RS 164.573,00	2.635,18	Agricultura tradicional Indígena	Plantio	Hectares(ha)	10	
BAIXO TOCANTINS	RS 30.044,16		Agricultura Convencional				
CAMPO GRANDE	RS 119.974,00		Agricultura Convencional	Plantio	Hectares(ha)	200	
CENTRO LESTE DO PARÁ	RS 20.078,40		Agricultura Convencional	Infraestrutura de produção	Unidade	5	
CENTRO LESTE DO PARÁ	RS 14.656,60		Agricultura Convencional	Plantio	Hectares(ha)	5	
CENTRO LESTE DO PARÁ	RS 44.876,48	10.457,99	Agricultura Orgânica	Logística/Escoamento da produção	Toneladas	0	
CENTRO LESTE DO PARÁ	RS 39.383,64		Agricultura Orgânica	Plantio	Hectares(ha)	5	
CENTRO LESTE DO PARÁ	RS 29.978,00		Agricultura tradicional Indígena	Plantio	Hectares(ha)	0	
CR CACAÓAL	RS 68.795,00	211.156,29					
CR CACAÓAL	RS 353.950,00		Agricultura Convencional	Plantio	Hectares(ha)	60	
CR CACAÓAL	RS 53.912,00		Agricultura Orgânica	Plantio	Hectares(ha)	150	
CR CACAÓAL	RS 5.200,00		Agricultura tradicional Indígena	Capacitação	Pessoas	20	
CR CACAÓAL	RS 5.200,00						

CR	valor solicitado	DESPESAS LIQUIDADAS	Tipo de atividade	Fase	Unidade de Medida	Meta	total meta
CR CACOAL	RS 160.105,80		Agricultura tradicional Indígena	Plantio	Hectares(ha)	280	
CR CACOAL	RS 99.834,00		Extrativismo Vegetal	Coleta	Tonclada	360	
CUIABA	RS 211.240,00	RS 19.626,94	Agricultura tradicional Indígena	Plantio	Hectares(ha)	200	
DOIRADOS	RS 5.350,00						
DOIRADOS	RS 15.300,00	RS 38.455,25	Agricultura Convencional	Infraestrutura de produção	Unidade	3	
DOIRADOS	RS 180.350,99		Agricultura Convencional	Plantio	Hectares(ha)	600	
DOIRADOS	RS 15.300,00		Agricultura Orgânica	Infraestrutura de produção	Unidade	3	
TPE URU-EU-WAU-WAU	RS 19.471,00		Extrativismo Vegetal	Coleta	Tonclada	3	
TPE YANOMAMI/UKUANA	RS 169.130,09		Agricultura tradicional Indígena	Plantio	Hectares(ha)	10000000	
GUAJARA-MIRIM	RS 196.410,00	RS 878,08	Agricultura tradicional Indígena	Infraestrutura de produção	Unidade	35	
GUARAPIVA	RS 25.274,42		Agricultura Convencional				
GUARAPIVA	RS 2.130,50	RS 8.202,75	Extrativismo Vegetal				
INTERIOR SUL	RS 71.568,48						
INTERIOR SUL	RS 344.150,00	RS 143.361,57	Agricultura Convencional	Plantio	Hectares(ha)	1400	
INTERIOR SUL	RS 37.290,00		Agricultura Orgânica	Plantio	Hectares(ha)	0	
INTERIOR SUL	RS 84.183,45		Cestaria				
JI-PARANA	RS 488.500,00	RS 10.819,50	Agricultura Orgânica	Plantio	Hectares(ha)	550	
JOAO PESSOA	RS 4.755,00		Agricultura Convencional	Infraestrutura de produção	Unidade	32	
JOAO PESSOA	RS 6.436,00		Agricultura tradicional Indígena	Infraestrutura de produção	Unidade	10	
JOAO PESSOA	RS 24.348,80		Genética	Infraestrutura para produção e aquisição de insumos	Unidade	22	
JOAO PESSOA	RS 25.821,00		Extrativismo Animal	Coleta	Tonclada	2	
JOAO PESSOA	RS 18.058,00		Extrativismo Vegetal	Coleta	Tonclada	2	
JURUA	RS 130.896,00		Agricultura tradicional Indígena				
JURUA	RS 300.594,10		Agricultura tradicional Indígena	Plantio	Hectares(ha)	3000	
LITORAL SUDESTE	RS 77.822,75		Agricultura Convencional	Plantio	Hectares(ha)	50	
LITORAL SUDESTE	RS 26.438,00	RS 38.842,14	Agricultura Orgânica	Plantio	Hectares(ha)	2	
LITORAL SUDESTE	RS 11.890,00		Agricultura tradicional Indígena	Plantio	Hectares(ha)	4	
LITORAL SUDESTE	RS 22.945,00		Ecoturismo	Elaboração de Plano de Visitação	Unidade	2	
LITORAL SUL	RS 1.500,00	RS 11.202,21	Agricultura tradicional Indígena	Plantio	Hectares(ha)	0	
LITORAL SUL	RS 20.007,00		Extrativismo Vegetal				
MADEIRA	RS 928.003,00		Agricultura Convencional	Plantio	Hectares(ha)	33	
MADEIRA	RS 1.431.977,00	RS 3.156,66	Agricultura tradicional Indígena	Plantio	Hectares(ha)	20	
MADEIRA	RS 3.211.225,00		Extrativismo Vegetal	Coleta	Tonclada	2	
MANAUS	RS 93.166,88						
MANAUS	RS 1.209.802,70	RS 82.112,82	Agricultura tradicional Indígena	Infraestrutura de produção	Unidade	300	
MANAUS	RS 8.531,44		Ecoturismo	Elaboração de Plano de Visitação	Unidade	1	
MANAUS	RS 74.942,64		Extrativismo Vegetal	Coleta	Tonclada	200	
MARANHAO	RS 8.503,92						
MARANHAO	RS 216.407,00	RS 41.188,86	Agricultura Convencional	Plantio	Hectares(ha)	156	
MÉDIO PIRUS	RS 19.250,00		Agricultura tradicional Indígena	Colheita	Hectares(ha)	0	
MÉDIO PIRUS	RS 106.500,00		Agricultura tradicional Indígena	Infraestrutura de produção	Unidade	30	
MÉDIO PIRUS	RS 51.572,00	RS 38.020,95	Agricultura tradicional Indígena	Logística/Escoamento da produção	Toncladas	2	
MÉDIO PIRUS	RS 14.952,50		Extrativismo Animal	Coleta	Tonclada	33	
MÉDIO PIRUS	RS 44.957,11		Extrativismo Vegetal	Infraestrutura de produção	Unidade	2	
MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO	RS 483.374,50						
MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO	RS 19.500,00	RS 30.230,29	Agricultura Convencional	Infraestrutura de produção	Unidade	4	
MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO	RS 120.133,00		Agricultura Convencional	Plantio	Hectares(ha)	10	
NORDESTE I	RS 11.359,50	RS 5.116,63	Agricultura Orgânica	Capacitação	Pessoas	10	
NORDESTE II	RS 23.051,44						
NORDESTE II	RS 6.018,50		Adornos	Infraestrutura para produção e aquisição de insumos	Unidade	20	
NORDESTE II	RS 398.870,00		Agricultura Convencional	Infraestrutura de produção	Unidade	4	
NORDESTE II	RS 6.520,50		Agricultura Convencional	Logística/Escoamento da produção	Toncladas	2	
NORDESTE II	RS 54.189,00		Agricultura Convencional	Plantio	Hectares(ha)	280	
NORDESTE II	RS 12.994,16		Agricultura Orgânica	Infraestrutura de produção	Unidade	3	
NORDESTE II	RS 5.000,00		Agricultura tradicional Indígena				
NORDESTE II	RS 8.180,00	RS 5.989,41	Agricultura tradicional Indígena	Logística/Escoamento da produção	Toncladas	0	
NORDESTE II	RS 27.788,00		Agricultura tradicional Indígena	Plantio	Hectares(ha)	15	
NORDESTE II	RS 2.156,00		Emoturismo	Elaboração de Plano de Visitação	Unidade	3	
NORDESTE II	RS 57.057,00		Extrativismo Animal	Infraestrutura de produção	Unidade	3	
NORDESTE II	RS 15.343,00		Extrativismo Animal	Coleta	Tonclada	0	
NORDESTE II	RS 15.461,00		Extrativismo Vegetal	Infraestrutura de produção	Unidade	3	
NORDESTE II	RS 10.668,00		Extrativismo Vegetal	Coleta	Tonclada	0	
NORDESTE II	RS 1.711,00		Extrativismo Vegetal	Logística/Escoamento da produção	Toncladas	24	
NORDESTE II	RS 5.860,50		Pecuária Extensiva	Capacitação	Pessoas	60	
NOROESTE DO MATO GROSSO	RS 31.982,07						
NOROESTE DO MATO GROSSO	RS 51.423,20		Agricultura Orgânica	Colheita	Hectares(ha)	120	
NOROESTE DO MATO GROSSO	RS 22.949,39		Agricultura tradicional Indígena	Plantio	Hectares(ha)	282	
NOROESTE DO MATO GROSSO	RS 31.697,85	RS 74.071,85	Emoturismo	Elaboração de Plano de Visitação	Unidade	1	
NOROESTE DO MATO GROSSO	RS 18.963,50		Extrativismo Animal	Capacitação	Pessoas	1	
NOROESTE DO MATO GROSSO	RS 30.834,00		Extrativismo Animal	Coleta	Tonclada	4	
NOROESTE DO MATO GROSSO	RS 53.374,80		Pecuária Semi-intensiva	Infraestrutura de produção	Unidade	4	
PASSO FUNDO	RS 178.082,95	RS 3.361,80	Agricultura Convencional	Plantio	Hectares(ha)	290	
PASSO FUNDO	RS 42.512,40						
PONTA PORÁ	RS 35.472,75	RS 2.143,97	Cestaria				
PONTA PORÁ	RS 120.267,52		Agricultura Convencional	Plantio	Hectares(ha)	7600	
RIBEIRAO CASCAIHEIRA	RS 408.170,30	RS 18.348,08	Agricultura Convencional	Plantio	Hectares(ha)	250	
RIBEIRAO CASCAIHEIRA	RS 15.555,00		Agricultura tradicional Indígena	Plantio	Hectares(ha)	30	
RIBEIRAO CASCAIHEIRA	RS 7.331,00	RS 5.989,41	Extrativismo Animal	Infraestrutura de produção	Unidade	3	
RIBEIRAO CASCAIHEIRA	RS 14.593,52	RS 18.348,08	Extrativismo Vegetal	Coleta	Tonclada	2	

CR	valor solicitado	DESPESAS LIQUIDADAS	Tipo de atividade	Fase	Unidade de Medida	Meta	total meta
RIO NEGRO	RS 249.343,70	RS 75.080,19	Agricultura tradicional Indígena	Infraestrutura de produção	Unidade	125	
RIO NEGRO	RS 26.550,00		Cestaria				
RIO NEGRO	RS 25.010,00		Ecoturismo	Elaboração de Plano de Visitação	Unidade	1	
RORAIMA	RS 1.038.309,46	RS 235.721,66	Agricultura tradicional Indígena	Infraestrutura de produção	Unidade	175	
RORAIMA	RS 25.390,00		Extrativismo Vegetal	Infraestrutura de produção	Unidade		
RORAIMA	RS 31.834,50		Pecuária Intensiva	Infraestrutura de produção	Unidade	10	
RORAIMA	RS 57.199,00		Pecuária Semi-intensiva	Infraestrutura de produção	Unidade	18	
SUL DA BAHIA	RS 135.674,65		Agricultura Convencional	Plantio	Hectares(ha)	90	
TAPAJOS	RS 17.916,00		Adensos	Infraestrutura para produção e aquisição de insumos	Unidade	204	
TAPAJOS	RS 61.432,50	RS 7.168,00	Extrativismo Vegetal	Coleta	Tonelada	3	
TAPAJOS	RS 7.168,00		Pecuária Semi-intensiva				
VALE DO JAVARI	RS 202.517,84		Agricultura tradicional Indígena	Infraestrutura de produção	Unidade	86	
XAVANTE	RS 584.327,00	RS 15.913,05	Agricultura Convencional	Plantio	Hectares(ha)	50	
XINGU	RS 4.723,10	RS 13.500,94					
XINGU	RS 14.605,02		Agricultura tradicional Indígena	Capacitação	Pessoas	15	
XINGU	RS 242.920,66		Agricultura tradicional Indígena	Plantio	Hectares(ha)	114	
XINGU	RS 8.077,50		Ecoturismo				

4. OUTRAS AÇÕES OU ATIVIDADES NÃO MENSURADAS NOS ITENS ANTERIORES

Apresentar os resultados de outras ações ou atividades não mensuradas pelo indicador principal (estratégico) ou pelos indicadores do sistema de monitoramento interno.

5. ANÁLISE DO RESULTADO

Apresentar informações qualitativas de análise do resultado, descrevendo situações que impactaram positiva ou negativamente o resultado. Poderão ser apresentados gráficos, imagens, tabelas, mapas e outros recursos visuais, elaborados a critério da unidade coordenadora da política.

A análise deve contemplar necessariamente os seguintes pontos:

- a) Pontos positivos durante a execução;
- b) Pontos negativos durante a execução;
- c) Alternativas elaboradas para enfrentar os pontos negativos.

Caso o documento SEI não comporte todos recursos visuais (máx. 20MB), é possível colocá-los como anexos ao documento.

Conforme verifica-se neste relatório, a Cgetno apoiou nacionalmente diversas ações relacionadas ao incremento da geração de renda e à segurança alimentar dos povos indígenas. Desse modo, foram apoiadas tanto iniciativas diretas que proporcionam o incremento da renda e o fornecimento de alimentação de, a priori, qualidade, como discussões conceituais acerca do tema que resultam em um fortalecimento de uma política de etnodesenvolvimento apoiada por vários segmentos da sociedade. Ademais, a Cgetno também vem contribuindo na discussões de questões fundamentais para o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas na Administração Governamental como a gestão, estruturação e análises de dados. Assim, podemos elencar entre os pontos positivos e negativos da política:

Pontos Positivos:

- a) contribuição para segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas;
- b) fornecimento de maquinários para agricultura intensiva, visando o incremento da renda dos povos indígenas;
- c) viabilização da participação indígena na Feira Agrovida;
- d) projetos e iniciativas apoiados - em sua maioria - com baixo impactos ambiental e social negativos em relação às comunidades indígenas (*Gráfico 4*);
- e) projetos e iniciativas apoiados - em sua maioria - que respeitam a vocação econômica e o contexto cultural dos povos indígenas;
- f) aproximação junto ao SENAR visando à formulação de parceria para ofertar capacitação a indígenas em diversas áreas;
- g) consolidação do Limesurvey como ferramenta para solicitação de projetos, possibilitando a sistematização de informações sobre a política de etnodesenvolvimento;

Pontos Negativos:

- a) falta de indicadores que permitam avaliar a qualidade da política pública;
- b) baixa execução orçamentária;
- c) falta de matriz de monitoramento da política;
- d) participação indígena relativamente baixa na elaboração e no acompanhamento das iniciativas conforme se verifica no Lime Survey (Gráficos 5 e 6);
- e) falta da utilização da lógica de projetos para elaboração dos PATs;
- f) falta de técnicos especializados tanto nas unidades regionais como na sede na área de produção de alimentos;
- g) falta de utilização de dados de outros órgãos governamentais sobre segurança alimentar indígena para elaborações de indicadores de resultado;
- g) não utilização de indicadores de resultado para análise da política;
- h) falta de plano de gestão da Funai em relação aos bens móveis adquiridos com recurso da CGETNO;
- i) falta de apoio da área meio da Funai para criação de banco de dados de projetos de etnodesenvolvimento;
- j) parcela significativa dos recursos da CGETNO são utilizados para logística dos Projetos, havendo uma necessidade de uma maior integração entre área meio e fim;
- l) há muitas lacunas normativas concernentes a atividades e empreendimentos indígenas produtivos em Terras Indígena, a IN 01 com o IBAMA tem a finalidade de suprir isso;
- m) análises elaboradas pelos servidores da CGETNO relativas aos PATs são pouco aprofundadas e pouco propositivas;
- n) falta de disponibilização da área meio de instrumentos digitais para mensurar o alcance da meta física da Unidades Regionais em tempo real

Para o enfrentamento dos problemas elencados a CGETNO, no que lhe compete e considerando suas limitações e governabilidade, se propõe a : a) aperfeiçoar o formulário Lime Survey; b) apresentar e discutir soluções para que as CRs forneçam em tempo real seu resultados; c) otimização de recursos públicos por meio da formalização de acordos com parceiros governamentais; d) promover capacitações na área de etnodesenvolvimento tanto para indígenas como para servidores e) contribuir para a criação de instrumentos digitais para mensuração das metas físicas e análise da política; e) elaborar junto com a CGGE matriz de monitoramento da política; f) contribuir junto com as CRs para constituição de Grupos Tarefa visando corroborar com os processos licitatórios das unidades descentralizadas;

Gráfico 4

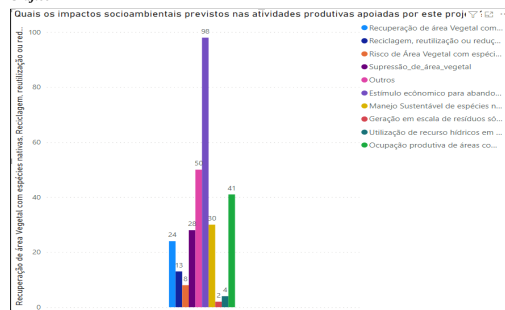


Gráfico 5

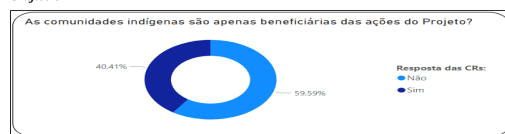
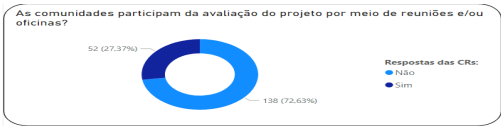


Gráfico 6



6. PROJETOS	
Para preenchimento deste campo, atentar-se para a definição de projeto segundo o Guia PMBOK: “projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo”.	
6.1 Projetos Estratégicos	
Caso a política pública contenha algum projeto da Carteira de Projetos Estratégicos , a unidade deverá apresentar a execução do cronograma do projeto no quadrimestre. São informações que necessariamente devem ser abordadas neste campo: a) Pontos positivos e negativos durante a execução do cronograma e as alternativas propostas para enfrentamento dos pontos negativos; b) Avaliação dos principais desafios e oportunidades em relação à execução do próximo quadrimestre.	
Nome do Projeto:	PNAE
Caracterização do Projeto:	Divulgação do PNAE às unidades regionais
No tocante ao fomento e à divulgação da política pública do PNAE para os povos indígenas, há, em comparação a exercícios anteriores, um nítido incrementado engajamento das CRs referente às ações do PNAE. Isso é decorrência, também, da inserção dessa ação na Meta de avaliação de desempenho da CGETNO, quando, para fins de seu cumprimento, foram realizadas no ano passado diversas reuniões entre servidores das unidades regionais e da CGETNO. Assim até setembro foram apresentados, 54 projetos que possuem relação com o PNAE, com destaque para as CRs Alto Purus e Nordeste II.	

Convênios										
Renda Indígena										
Outras Fontes*			13.721.487,50		12.883.621,17	93	8.185.527,68	60	2.261.709,08	16
Total										
Observações:										

Glossário:

- **Coluna “Fonte / Origem”:** Origem de recursos postos à disposição do gestor para a execução da política pública em questão. Os Ted’s e Convênios referem-se aos instrumentos em que a FUNAI figura como executor e não repassador, ou seja, recursos não próprios que ela executa;
- **Valor Total:** Indicar o valor total dos instrumentos em execução;
- **Coluna “AO”:** Código da “Ação Orçamentária”;
- **Coluna “PO”:** Código do “Plano Orçamentário”;
- **As Colunas “Descentralizado, Empenhado e Liquidado”:** informam os valores de cada fonte que já foram destinados para o cumprimento de ações nos diferentes estágios da execução orçamentária. **Subcoluna “Valor” refere-se aos valores** em reais dos recursos originados de cada fonte. A subcoluna “%” ao lado de cada valor refere-se ao percentual tendo por denominador o Valor Total.
- **A linha “Total”:** Soma dos campos acima, à exceção dos percentuais que devem ser calculados tomando por referência a Soma “\$”.

7.1 Análise da Execução Orçamentária

Apresentar análise dos diferentes estágios da execução orçamentária, os principais desafios e oportunidades em relação ao quadrimestre anterior.

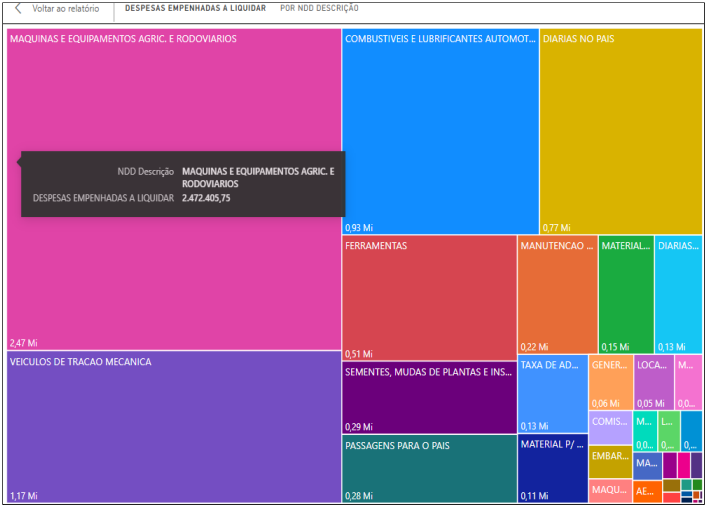
Sobre a execução orçamentária, no "gráfico 8" é possível verificar por unidade gestora, os valores solicitados, descentralizados e empenhados no âmbito da política de etnodesenvolvimento. Até o presente momento a unidade gestora da DPDS obteve o terceiro maior montante empenhado. Das unidades regionais, Cuiabá é a que mais empenhou até o presente momento. Isso se deve, principalmente, ao fato de a unidade regional, por conta de sua capacidade organizacional, adquire insumos e - sobretudo- equipamentos a outras unidades descentralizadas.

Em relação ao tipo de despesa, historicamente, os elementos de despesa mais utilizados pela CGETNO são aqueles referentes a deslocamento, como diárias e combustível. Há diversos motivos que explicam isso, como: i) distâncias de deslocamento; ii) não necessidade de submissão a procedimento licitatório, no caso de diárias; iii) falta de integração entre área meio e área fim da Funai, desitnando-se parcela significativa de recursos da última à logística das atividades. Todavia, em consonância ao ilustrado, nos Gráficos 10, há de de destacar também a descentralização de recursos para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas

Ainda sobre o quadro Orçamentário, outro fator a ser ressaltado é a dificuldade operacional das Unidades Regionais atinente aos procedimento licitatórios para execução de despesas o que contribui para baixa execução orçamentária. A CGETNO, atualmente, está corroborando para a criação de Grupos - força tarefa - compostos por servidores lotados em diversas unidades do Brasil a fim de sanar esses passivo.

Gráfico 8

Gráfico 10 - valores empenhados



8. INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

Informar os **instrumentos de execução** utilizados para a execução da política. Considerar os instrumentos constantes na tabela abaixo.
Não são considerados instrumentos de execução, os instrumentos internos de planejamento e descentralização dos recursos, como PAT, SPO e Notas de Crédito.
Para preenchimento da tabela, atentar para o glossário e para as orientações de preenchimento descritas abaixo da tabela..

Instrumentos	Total de Instrumentos	Situação (quantitativo)			Valor Total de Recursos (em execução e concluído)	Emenda Parlamentar (% valor total)
		Em preparação	Em execução	Concluído		
Convênio						
TED						
Contrato - Aquisição Direta (doações)						
Contrato - Aquisição Direta (uso próprio) <i>(considerar apenas contratos nacionais e que atendam com exclusividade a política)</i>						
Transferência Fundo a Fundo						
Acordos de Cooperação						
Outros**						
Total						
Observações:						

Glossário:

- **Coluna “Instrumentos”:** Informar os instrumentos que a política utiliza para executar as suas ações, podendo figurar em qualquer dos lados do instrumento, seja como repassador ou como executor. A execução do orçamento federal diretamente pela FUNAI, seja pela sede ou pelas unidades descentralizadas, é registrada na linha “*Contrato – Aquisição Direta (uso próprio)*”.
- **Coluna “Total de Instrumentos”:** Refere-se ao quantitativo de cada instrumento utilizado na implementação da política, ou seja, quantos convênios, quantos TED’s, contratos e assim por diante.
- **Coluna “Situação Quantitativo”:** Refere-se ao mesmo quantitativo da coluna anterior, porém dividido em três etapas ou situações. Do total de instrumentos, quantos estão:
 - **em preparação:** sem nenhum empenho;
 - **em execução:** parcialmente ou totalmente empenhados ou parcialmente liquidados;
 - **concluídos:** totalmente liquidados. Deve-se informar somente os instrumentos concluídos durante o exercício em curso.

*A soma desses três itens deve ser igual ao quantitativo informado na coluna anterior “**Total de Instrumentos**”.

- **Coluna “Valor Total de Recursos”:** Indicar o valor total (em reais) dos instrumentos em execução. Não serão informados valores de instrumentos que se encontram em fase de preparação.
- **Coluna “Emenda Parlamentar”:** Deve-se informar qual os percentuais do valor total desses instrumentos correspondem a Emendas Parlamentares.

IMPORTANTE! Outras orientações de preenchimento:

- **Quantitativos e valores:** Os quantitativos e valores em reais devem ser preenchidos com números inteiros e os percentuais com uma casa decimal.
- Se o instrumento em questão não estiver sendo utilizado pela política, deve-se atribuir o número zero (0) em vez de deixar o campo em branco.
- Quando o valor existente for maior que zero, mas não foi possível coletar a informação a tempo ou com confiabilidade, deve-se inserir a observação “Não Informado”. Nesse caso, ou caso a informação seja parcial, exige-se que uma justificativa seja apresentada abaixo da tabela com o uso do asterisco (*).
- **NSA (não se aplica):** Deve ser utilizado quando o instrumento celebrado não previr recursos específicos para o cumprimento do objeto, situação comum em Acordos de Cooperação Técnica. Ou quando o dado for ausente de significado, por exemplo, na coluna **Emenda Parlamentar (% valor total)** quando o **valor total** for igual a zero insere-se NSA nesse campo, pelo fato de não existir divisão por zero.
- **Linha “Outros”:** Deve ser explicitado ao pé da tabela do que se trata. Se for um instrumento significativo, de importância capital para a política, pode ser explicitado acrescentando-se mais uma linha à tabela.

9. RISCOS

Apresentar os principais riscos associados à política pública e indicar as medidas adotadas para mitigar ou eliminar os eventos de risco identificados.
Usar a tabela de gestão de riscos construída no Formulário de Detalhamento e descrever o monitoramento por risco apresentado. Atentar ao glossário e orientações abaixo da matriz.

Tipo de Risco:	Evento de Risco	Gravidade (impacto potencial)	Tendência (probabilidade de ocorrer)	Plano de Contingência	Resposta ao Risco:
(1) Externo; (2) Operacional; (3) Legal; (4) Financeiro e orçamentário					(1) Aceitar o risco (2) Mitigar o risco (3) Transferir o risco (4) Evitar o risco
1	Problemas logísticos, operacionais e administrativos das unidades descentralizadas relativos à execução das ações de etnodesenvolvimento	Alto	Alta	Aprimorar mecanismos de gestão - Aprimorar a comunicação com as unidades descentralizadas - Unificar os processos e procedimentos de aquisição	2 e 4
1,2	Apropriação indevida dos conceitos de etnodesenvolvimento	Alto	Alta		2
1,4	Fontes de financiamento dispersas e limitadas por recortes macrorregionais com tempos, instrumentos e procedimentos próprios/diversos	Alto	Alta	Identificar novas fontes de financiamento Normatizar mecanismos de crédito	
1,2	Falta de plano de gestão da Funai em relação aos bens móveis adquiridos com recurso da CGETNO	Alto	Alta	Aprimorar mecanismos de gestão	

1,2	Falta de disponibilização da área meio de instrumentos digitais para mensurar o alcance da meta física da Unidades Regionais em tempo real	Alto	Alta	Propor, no âmbito da governabilidade da CGETNO, soluções digitais de monitoramento	
1,2	Lacunas normativas concernentes a atividades e empreendimentos indígenas produtivos em Terras Indígena	Alto	Alta	Aprofundar discussões em relação a IN 1/IBAMA – FUNAI/2021	
1,2	Falta de técnicos especializados tanto nas Unidades regionais como na sede na área de produção de alimentos	Alto	Alta	Aprimorar mecanismos de gestão -	

Glossário:

Tipos de Risco:

- 1 - Risco externo: eventos que podem comprometer a confiança da sociedade (ou de parceiros, de clientes ou de fornecedores) em relação à capacidade do órgão em cumprir sua missão institucional;
2 - Risco operacional: eventos que podem comprometer as atividades do órgão, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas;
3 - Risco legal: eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades do órgão;
4 - Risco financeiro e orçamentário: eventos que podem comprometer a capacidade do órgão de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou, ainda, eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações.

Evento de risco: Algo que pode acontecer. São situações em potencial, de origem interna ou externa, que podem provocar impactos negativos na consecução dos objetivos da organização;

Gravidade: é o efeito da ocorrência de um risco. É medido analisando-se o efeito do evento de risco, que terá um nível de impacto sobre o objetivo que deseja ser alcançado. Assim, deverão ser considerados critérios para a análise, como por exemplo: custo, prazo, reputação, qualidade, e escalas, que auxiliam na medição da gravidade (muito alta, alta, média, baixa, muito baixa);

Tendência: é a chance de o risco ocorrer. É medida analisando-se as causas ou o evento de risco considerando aspectos, como, por exemplo, frequência observada ou esperada. A avaliação dos riscos deve ser feita utilizando-se métodos de análise quantitativos, qualitativos ou a combinação de ambos (sem quantitativos), para definir o nível de risco; e escalas, que auxiliam na medição da tendência (muito alta, alta, média, baixa, muito baixa);

Plano de Contingência: alternativas de resposta para cada evento;

Resposta ao Risco:

- 1 - **Aceitar:** esta técnica indica que a equipe decidiu não trocar o plano da política para negociar com um risco ou não é possível fazer algo para identificar alguma outra estratégia de resposta apropriada. A aceitação ativa pode incluir desenvolver um plano de contingência para executar quando ocorrer um risco. A aceitação passiva não requer ação, deixando a equipe de projeto fazer um arranjo quando o risco ocorrer.
2 - **Mitigar:** a mitigação procura reduzir a probabilidade e/ou consequências de um evento de risco de adverso para um aceitável. Tomar ações cedo para reduzir a probabilidade de uma ocorrência ou impacto no projeto é mais eficaz que tentar reparar as consequências depois de ocorrido.
3 - **Transferir:** é procurar mudar a consequência de um risco para uma terceira parte junto com a responsabilidade da resposta. Transferindo o risco simplesmente daremos a outra parte a responsabilidade para gerenciar isto; isto não o elimina.
4 - **Evitar:** é mudar o plano da política para eliminar o risco ou a condição ou para proteger os objetivos da política destes impactos. Embora a equipe não possa eliminar todos os eventos de risco, alguns riscos específicos podem ser evitados.

Artefato de controles implementados

Preencher tendo como base a tabela anterior. Atentar ao glossário e orientações abaixo da tabela.

Nº	Risco	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Controle de Risco	Tipo de Controle	Mecanismo de Implementação	Responsável	Prazo	
								Início	Fim
1	Problemas logísticos, operacionais e administrativos das unidades descentralizadas relativos à execução das ações de etnodesenvolvimento	alto	2 e 4	Aprimorar mecanismos de gestão - Aprimorar a comunicação com as unidades descentralizadas - Unificar os processos e procedimentos de aquisição	corretivo	Criação de Grupos - Força Tarefa - compostos por servidores de diversas unidades regionais	CGETNO DAGES	01/05/2022	31/12/2022
2	Apropriação indevida dos conceitos de etnodesenvolvimento	alto	2	Realização de seminários	preventivo	Reuniões de trabalho com unidades regionais	CGETNO	20/05	31/12/2022
3	Fontes de financiamento dispersas e limitadas por	alto	2	Identificar novas fontes de financiamento	corretivo	Reuniões com BNDES	CGETNO COGER	01/01	31/12

	recortes macrorregionais com tempos, instrumentos e procedimentos próprios/diversos			Normalizar mecanismos de crédito					
4	Falta de plano de gestão da Funai em relação aos bens móveis adquiridos com recurso da CGETNO	alto	2	Aprimorar mecanismos de gestão	corretivo		CGETNO COPROD	01/01	31/12
5	Falta de disponibilização da área meio de instrumentos digitais para mensurar o alcance da meta física da Unidades Regionais em tempo real	alto	2	Propor, no âmbito da governabilidade da CGETNO, soluções digitais de monitoramento	corretivo		CGETNO COPROD	01/01	31/12
6	Lacunas normativas concernentes a atividades e empreendimentos indígenas produtivos em Terras Indígena	alto	2	Aprofundar discussões em relação a IN 1/IBAMA – FUNAI/2021	corretivo		CGETNO/COPROD	01/01	31/12
7	Falta de técnicos especializados tanto nas Unidades regionais como na sede na área de produção de alimentos	alto	2	Aprofundar discussões em relação a IN 1/IBAMA – FUNAI/2021	corretivo		DAGES CGETNO	01/01	31/12

Glossário:

Nível de risco: magnitude de um risco, expressa em termos da combinação de suas consequências e probabilidades de ocorrência;

Controle de risco: qualquer medida aplicada no âmbito da Funai para gerenciar os riscos e aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados;

Tipo de controle proposto: preventivo, se atua na causa, ou corretivo, se atenua o efeito;

Mecanismo de implementação: informações sobre situação das ações e dos trabalhos realizados em relação a riscos identificados para os processos sob sua responsabilidade;

Responsável: gestor do processo ou servidor designado quando a implementação da ação;

Prazo: data prevista para início e para a conclusão da ação.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Campo aberto, que deverá ser preenchido de forma objetiva, elencando as informações relevantes associadas à avaliação dos resultados da política no período.

Observa-se que a política de etnodesenvolvimento realizada pela Funai, ainda que careça de aperfeiçoamento, tanto relativo à análise como à implementação, é um importante instrumento para a geração de renção e segurança alimentar das comunidades indígenas.



Documento assinado eletronicamente por **Denis Raimundo de Quadros Soares, Coordenador(a)-Geral**, em 29/09/2022, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Fantazzini Moreira, Diretor(a)**, em 29/09/2022, às 18:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4504833** e o código CRC **9F924EAC**.